



**Assembleia Municipal de Ribeira Brava**

Ata Nº 13/2015

Reunião Ordinária da Assembleia Municipal

Dez de setembro de dois mil e quinze

-----Aos dez dias do mês de setembro de dois mil e quinze reuniu-se a Assembleia Municipal de Ribeira Brava, no edifício dos Paços do Município, que teve início até ao ponto número um, sob a presidência de João Abreu Gomes, em substituição do presidente demissionário, João Luís Drumond Henriques.-----

-----O Presidente substituto da Assembleia procedeu à tomada de posse do deputado Luís Gaudêncio Fernandes do PSD, em substituição da deputada Sílvia Maria Almada Abreu, que renunciou à função de primeira secretária e do mandato como membro da assembleia municipal pelo partido do PSD, assim como membro da comissão de proteção de crianças e jovens da Ribeira Brava.-----

-----Estiveram presentes pelo Partido Social-Democrata: Teresa Maria Corte Gonçalves, José Jorge Fernandes Ornelas, Jeannete Ferreira Santos, Horácio Ramos Ferreira, Carlos Ramos Andrade, Luís Gaudêncio Fernandes e José Gilberto Abreu Andrade. Pelo Partido Socialista: Catarina Jesus Silva Almeida, Fábio Nelson Faria Santos, Libardo Juan Sousa Pereira e Graça Maria Fernandes Freitas. Pelo CDS/PP: Ilídio Faria Almada, Manuela Jesus Gomes, Adelina Maria Abreu Rodrigues, Telmo Ricardo Marques de Freitas e Marco Nuno Correia Martins. Pelo PTP o deputado Marco Nuno da Luz das Almas e como deputados independentes: João Luís Drumond Henriques e Domingos de Sousa Andrade.-----

-----O deputado José Armino Pereira Pestana do PSD faltou à presente sessão da Assembleia Municipal.-----

-----Como representantes das Juntas de Freguesia estiveram presentes: João José Gonçalves, Emanuel Higinio Fernandes, Jorge Manuel Faria Santos e Vítor Francisco Gomes de Abreu.-----

-----Estiveram ainda presentes o senhor Presidente Ricardo Nascimento, o senhor Vice-Presidente Marcelino Pereira, a senhora Vereadora Natália Rodrigues, o senhor Vereador Carlos Gonçalves e o senhor Vereador Rafael Sousa.-----

----- O senhor presidente substituto da Assembleia solicitou ajuda para a mesa, na condução dos trabalhos, até a nova tomada de posse da mesma, das deputadas Teresa Maria da Corte Gonçalves do PSD e Catarina Jesus Silva Almada do PS.-----

-----Pelas quinze horas e quarenta e oito minutos, o Senhor Presidente substituto da Assembleia, verificando a



## Assembleia Municipal de Ribeira Brava

existência de quórum, declarou aberta a sessão, para a qual tinha sido agendada a seguinte ordem de trabalhos:-----Ponto um – Eleição da Mesa da Assembleia Municipal.-----

-----Ponto Dois – Informação escrita do senhor Presidente da Câmara e situação financeira, em conformidade com o artigo vinte e cinco, número dois aliena c, da lei setenta e cinco de dois mil e treze.-----

- ----Ponto três – Apresentação e discussão da proposta de recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava «Medidas de apoio às famílias, especialmente às numerosas do concelho da Ribeira Brava».-----

-----Ponto Quatro – Discussão e votação da proposta da «Taxa Municipal pelos direitos de passagem para o ano de 2016», conforme alínea d do número um do artigo vinte e cinco da lei setenta e cinco de dois mil e treze.-----Ponto Cinco – Discussão e votação da proposta de «fixação da taxa de participação do IRS, para o ano de dois mil e dezasseis», conforme alínea d do número um do artigo setenta e cinco de dois mil e treze.----

-----Ponto Seis – Proposta da taxa de IMI para o ano de dois mil e dezasseis.-----

-----Ponto Sete – Discussão e votação da proposta da taxa de IMI familiar para o ano e dois mil e quinze, conforme o número treze do artigo cento e doze do CIMI.-----

-----Ponto Oito – Apreciação do relatório Saneamento Financeiro do município da Ribeira Brava, referente ao primeiro semestre de dois mil e quinze ao abrigo do artigo oitenta e seis, da lei setenta e três de dois e treze, de três de Setembro, conjugado nos números quatro e sete, do artigo quarenta da lei dois de dois mil e sete, de quinze de janeiro.-----

-----Ponto Nove - Apreciação do relatório Semestral de Auditoria sobre a situação financeira e económica do município da Ribeira Brava, ao abrigo do artigo oitenta e seis da lei setenta e três de dois mil e treze de três de Setembro.-----

-----No período Antes da Ordem do Dia, o presidente substituto da Assembleia, informou a todos os membros presentes, que o deputado José Gilberto Abreu Andrade seria o novo líder da bancada do PSD, em virtude da desvinculação do deputado Domingos Sousa Andrade do partido PSD e o deputado Luís Gaudêncio do PSD, como novo membro da Assembleia.-----

-----Procedeu-se à discussão da ata número doze de dois mil e quinze.-----

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS sugeriu a alteração do segundo parágrafo da página nove da ata número doze, dado não se encontrar de forma clara e resumida. A alteração constou: «A deputada Adelina Rodrigues do CDS disse que não existe PDM perfeito. O sentido de voto do CDS baseia-se na auscultação da população em geral e de diversos sectores do concelho (empresas, comércio, turismo, agricultura, etc). Também foram solicitadas informação e pareceres de carácter técnico e específico a diferentes gabinetes,



## Assembleia Municipal de Ribeira Brava

*[Handwritten signatures]*

quer jurídicos, de arquitetura, engenharia entre outros. Para o CDS o desenvolvimento do concelho e o bem-estar social da população será sempre uma prioridade.»-----

----Colocada à votação a ata, já com a alteração do segundo parágrafo da página nove, foi aprovada por unanimidade.-----

----O deputado Luís Gaudêncio Fernandes do PSD e a deputada Manuela Jesus Gomes do PS não votaram a ata devido à ausência na última reunião da Assembleia.-----

---- Ainda no período Antes da Ordem do Dia, o deputado Gilberto Andrade do PSD apresentou o voto de pesar pelo falecimento do cidadão Câncio Macedo, com o seguinte conteúdo: «O Grupo de Deputados Municipais do Partido Social Democrata (PSD) propõe um sentido voto de pesar, pelo falecimento no passado dia 28 de agosto de 2015, na Venezuela, do ribeirabravense Senhor Câncio Macedo. Câncio Macedo foi um dos quatro fundadores da “Central Madeirense”, a maior empresa de distribuição alimentar em toda a América Latina, além disso um homem que conjuntamente com os seus irmãos levou o nome da Ribeira Brava para além fronteiras, movendo esforços e contribuindo para algumas obras na terra que o viu nascer.»-----

----Colocado à votação, este voto de pesar foi aprovado por unanimidade.-----

----O deputado Gilberto Andrade também apresentou o voto de louvor, com o seguinte conteúdo: «O Grupo de Deputados municipais do partido social democrata (PSD) propõe um voto de louvor à ribeirabravense Beatriz Brito Martinho de 10 anos, pela sua brilhante vitória na 27ª Edição da Gala de Pequeno cantores da Figueira da Foz, que decorreu no Grande Auditório do Centro de Artes e Espetáculos da Figueira da Foz.»-----

----Colocado à votação este voto de louvor foi aprovado por unanimidade.-----

----Os deputados municipais independentes Luís Drumond e Domingos Andrade apresentaram a proposta de recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava, intitulada «Medidas complementares de salvaguarda da criação de um corredor verde marginal à muralha de contenção da Ribeira Brava, entre esta freguesia e a Serra de Água – Mudar a sério, Mudar à Brava», com o seguinte conteúdo: «Nós, João Luís Drumond Henriques e Domingos Sousa Andrade, deputados municipais na condição de independentes, apresentam para votação a proposta de recomendação à Câmara Municipal de Ribeira Brava para implementar MEDIDAS COMPLEMENTARES DE SALVAGUARDA DA CRIAÇÃO DE UM CORREDOR VERDE MARGINAL À MURALHA DE CONTENÇÃO DA RIBEIRA BRAVA, ENTRE ESTA FREGUESIA E A SERRA DE ÁGUA, numa estratégia de MUDAR A SÉRIO, MUDAR À BRAVA. Lançada a ideia de construir um corredor pedonal e ciclovia a onze de novembro de dois mil e treze, por parte de Luís Drumond em espaço partidário, mas com a presença do então presidente do governo regional, Dr. Alberto João Jardim, o qual refutou de imediato essa proposta perante o silêncio de todos os restantes presentes, em boa hora e com sentido do superior interesse dos seus fregueses, o Sr.



## Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Presidente da Junta de Freguesia da Serra de Água, Dr. Jorge Santos, soube diligenciar com grande empenho junto de todas as partes, a criação de condições para concretizar esta grande valia estratégica para o eixo Ribeira Brava Serra Água, estando na presente data criadas as condições para surgir um corredor que o CDS-PP também sugeriu em dezembro de dois mil e catorze, denominado CORREDOR VERDE atribuindo também outras características ambientais ao mesmo. Já recentemente, ainda aquando da discussão do PDM, tivemos conhecimento, do surgimento de alguns novos constrangimentos, decorrente de novas expectativas dos proprietários dos terrenos sobranceiros à intervenção do Governo Regional na construção da nova muralha da Ribeira Brava, medida em que aspiravam também circular no dito e criado «corredor verde» com viaturas e tratores agrícolas no acesso legítimo às suas terras, no entanto tornando no espaço presentemente reservado para o fim «corredor verde» uma incompatibilidade de concretização em segurança de todas as aspirações. Perdida a oportunidade de melhorar o PDM com a introdução neste documento de gestão de território, dessa faixa com cerca de seis metros destinada a equipamento públicos, a solução vislumbramos e que traduzimos nesta proposta de recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava, é tomar as medidas complementares necessárias à salvaguarda, não só do já existente corredor para criação de passeio pedonal e ciclovia, mas também uma duplicação paralela do corredor possibilitando criar também uma via de acesso aos terrenos agrícolas com automóveis e tratores e alguns espaços para plantar alguns espaços verdes. Segundo esta recomendação poderemos concretizar em pleno as diferentes aspirações agrícolas, económicas, ambientais e de lazer, com substanciais vantagens estratégicas, para o concelho e particularmente para as freguesias de Serra de Água e Ribeira Brava, garantindo funcionalidade e segurança a todos o CORREDOR VERDE. Este é o tempo certo, pois a obra está a ser finalizada, e os terrenos ainda estão disponíveis, mais tarde, sem «obrigações» consagradas no PDM, esta solução dependerá da totalidade das boas vontades públicas e particulares, o que poderá incompatibilizar ou implicar custos acrescidos para o erário público para concretizar esta medida estrutural estratégica para MUDAR A SÉRIO, MUDAR Á BRAVA O NOSSO CONCELHO.»-----

-----O deputado Luís Drumond interveio dizendo que quando ainda estava no PSD, numa reunião com a Câmara Municipal da Ribeira Brava, em que teve presente um membro do Governo Regional, foi apresentada a proposta de criação de um corredor verde entre a Serra de Água e a Ribeira Brava. Disse que nessa reunião ninguém se pronunciou sobre a proposta apresentada e que nessa altura, o senhor presidente da junta de freguesia da Serra de Água, de forma silenciosa, já se encontrava no terreno a tomar diligências nesse sentido. Mencionou ainda que esta mesma proposta, apresentada por si, também já tinha sido apresentada pelo partido CDS na assembleia municipal e foi rejeitada. Referiu que deu a sugestão para incluir no PDM, a reserva de seis metros ao longo da via e que o mesmo não foi tomado em conta no PDM, aprovado por maioria pela assembleia municipal, e que fez apelo à



## Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Câmara Municipal para incluir mais uma via, porque ainda é tempo. Trata-se de uma medida como fator estratégico para o concelho da Ribeira Brava, de forma a mudar à Brava e mudar a sério.-----

----O deputado José Ornelas do PSD pediu ao presidente da Câmara Municipal esclarecimentos sobre o que é que a Câmara pretende fazer e se tem conhecimento sobre este assunto. -----

----O Presidente substituto da Assembleia disse que não é possível solicitar esclarecimento ao executivo mas apenas ao proponente da proposta.-----

----A deputada Adelina Rodrigues do CDS interveio, referindo que como se trata de uma proposta de recomendação, como tal não poderia o deputado José Ornelas, questionar o sucedido ao executivo. No seu entender, referiu, a Assembleia aprova ou não, e o executivo à posteriori pondera o que fazer.-----

----O Presidente substituto da Assembleia referiu que concordava com o que foi dito pela deputada Adelina Rodrigues do CDS-----

----O deputado Ilídio Almada do CDS questionou ao deputado Luís Drumond porque não aprovou esta proposta quando anteriormente foi apresentada pelo CDS e rejeitada pelos deputados do PSD.-----

----O deputado Luís Drumond respondeu que nessa altura o corredor estava garantido e que também nessa altura votou a favor da proposta apresentada pelo CDS, embora compreendesse o sentido de voto do PSD que votou contra. Disse também que apenas detetou essa situação após essa aprovação, ou seja, o problema de as pessoas quererem aceder aos terrenos e não poderem. Por este motivo, e uma vez que o PDM já está aprovado, propõe a criação de mais uma faixa, atendendo a que a obra ainda não está concluída e ainda vamos a tempo de retificar. Trata-se apenas de uma complementação.-----

----O Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Nascimento, respondeu que deveria intervir nestas questões.--

----O deputado Marco Almas do PTP questionou quem do órgão executivo poderia esclarecer esta situação. ---

----O Presidente substituto da Assembleia procedeu à leitura do artigo vinte e cinco, alínea primeira, do regimento da Assembleia Municipal, de forma a esclarecer sobre a intervenção do executivo camarário: «A palavra é concedida ao presidente da Câmara ou ao seu substituto legal, no período de «Antes da ordem do dia», para prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados.»-----

----O presidente substituto da Assembleia pediu desculpa pela sua confusão, dado ser a primeira vez que presidia à mesa de uma assembleia.-----

----O presidente da junta de freguesia da Serra de Água disse que a discussão era sobre a proposta de recomendação e que o executivo pode ou não ter em conta, mas o primeiro objetivo foi conseguido, a criação



## Assembleia Municipal de Ribeira Brava

de um corredor para o espaço verde. Referiu ainda que o ideal seria ter mais uma faixa de terreno mas isso seria muito difícil.-----

-----O deputado Gilberto Andrade do PSD disse que o projeto inicial da lei de Meios não pode ser alterado e neste sentido propôs a intervenção do senhor presidente da Câmara para esclarecer esta situação.-----

-----O deputado Fábio Santos do PS disse ter dificuldade em entender o que está estipulado em relação ao corredor verde e propôs a votação para a intervenção do senhor presidente da câmara municipal.-----

-----O presidente substituto da assembleia aceitou a proposta de votação para a intervenção do senhor presidente, que foi votada e aprovada por unanimidade.-----

-----O deputado independente Luís Drumond questionou o motivo da votação e disse que não faz sentido a votação pois conforme o artigo vinte e cinco, alínea um do regimento da Assembleia Municipal, o presidente pode intervir sem votação prévia.-----

-----O Presidente da Câmara, Ricardo Nascimento, disse que no projeto de canalização não foi contemplado a construção na margem de um corredor. Informou que o Governo Regional não está disponível para o fazer pelo que a junta de freguesia conjuntamente com a pela Câmara Municipal contactaram os proprietários para que cedessem cerca de três metros de forma a que os empreiteiros demarcassem já essa zona. A zona contemplada foi cedida pelos proprietários e conforme dito pelo Presidente da Junta de Freguesia da Serra de Água, se for para alargar o corredor, é preciso pagar. Referiu ainda o que foi feito, foi deixar a obra em aberto para uma possibilidade futura. Acrescentou que as zonas estão definidas como zonas agrícolas no PDM o que não inviabiliza esta pretensão. Disse também que se trata da obra mais cara do país e está a ser auditada por diversas entidades.-----

-----O deputado independente Luís Drumond solicitou esclarecimento ao Presidente da Câmara Municipal, referente ao custo da zona agrícola ser diferente do custo da zona de equipamentos. Disse também que o PDM está bom, em geral, mas precisa de melhorias, e reforçou que foi solicitado uma sessão de esclarecimentos a todos os deputados municipais aquando do PDM, e que a Câmara não acatou o «corredor verde», e por tanto agora são os responsáveis. Alertando que a Lei de Meios não contemplava esta obra, questionou ainda o porquê de o PDM prejudicar todos, o erário público, e porque não deram ouvidos quando foi proposto e alertado.-----O deputado independente, Luís Drumond, reformulou o pedido de esclarecimento, questionando o Presidente da Câmara se tem o condão de adivinhar o parecer das entidades e onde está a visão estratégica. Disse que mais uma vez não ouviu quem tanto o alertou.-----

-----O Presidente da Câmara respondeu que não entende como é que o deputado disse que o PDM está bom e votou contra.-----



## Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS pediu mais esclarecimentos sobre o corredor verde.-----

-----O Presidente da Câmara disse que o que está feito foi a pensar numa visão futura.-----

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS voltou a questionar, se os proprietários ficarão impedidos de aceder aos seus terrenos.-----

-----Colocada à votação a proposta de recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava, Medidas complementares de salvaguarda da criação de um corredor verde marginal à muralha de contenção da Ribeira Brava, entre esta freguesia e a Serra de Água, de iniciativa dos deputados independentes Luís Drumond e Domingos Andrade, foi aprovada por maioria, com treze votos favoráveis do CDS, PS, PTP e dos dois deputados independentes, registando três abstenções e oito votos contra, ambos do PSD.-----

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS, em declaração de voto, justificou que «o CDS por primar pela coerência, não poderia deixar de aprovar esta medida, uma vez que a mesma foi também por nós apresentada nesta Assembleia no passado dia 18 de dezembro do ano transato, e que curiosamente foi rejeitada pelo mesmo número de votos que hoje manifestaram a sua aprovação, ou seja 13. Votamos a favor por entendermos que esta medida, para além de contribuir para um desenvolvimento sustentável do concelho em termos ambientais, também poderá potenciar a economia, comércio e turismo do mesmo.»-----

-----O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, justificou que votou a favor, por falta de visão da Câmara Municipal e disse que, se não sabemos atualmente o que é que está construído, então alguém tem de assumir responsabilidades.-----

-----O deputado do PSD, Gilberto Andrade, em declaração de voto, justificou que a proposta teve os votos contra do PSD, não porque a obra não tenha lógica mas porque, de momento, devido à intensa fiscalização central e europeia, se for para pedir às pessoas para ceder mais metros, isso não será visto com bons olhos.

-----O deputado Fábio Santos do PS, em declaração de voto, disse que trata-se de uma proposta de recomendação e que as pessoas já cederam três metros e como não se pode parar na via expresso, então vai servir só para as pessoas circularem sobre terra batida.-----

-----O deputado independente Luís Drumond pediu intervenção para esclarecer a Assembleia, sobre a sua demissão na última reunião, entregando a todos os membros, a declaração de desvinculação do cargo de presidente da assembleia e desvinculação do grupo de deputados do PSD, e disse ainda não se rever neste órgão enquanto Presidente da Assembleia Municipal e justificou a perda de confiança dentro do partido, com desentendimentos internos em diversas áreas, tais como: a lei de meios, o trânsito, a proposta do corredor verde, o PDM, entre outros. Relatou que, foi eleito com vinte e três votos a favor e um contra, foi o primeiro presidente a integrar um elemento da oposição na mesa, foi o primeiro presidente a descentralizar a



## Assembleia Municipal de Ribeira Brava

assembleia nas diversas freguesias do concelho. Agradeceu também aos seus parceiros de mesa: deputada Sílvia Almada e deputado João Gomes e a toda a Assembleia. Mencionou também que o objetivo continua a ser o mesmo: zelar pelos interesses do concelho.-----

----O deputado Marco Almas do PTP, referiu que «no término da Estrada do Pedregal, penso que por iniciativa da Junta de Freguesia e por sinal uma excelente iniciativa, recomendava que ali fosse posto um ecoponto e água potável, criou-se um espaço muito bom para convívios familiares e não só, era essencial haver um ponto de água potável e um ecoponto. Queria questionar sobre a zona da praia se a responsabilidade para o desassoreamento não é da Câmara e se a Câmara recebeu alguma contrapartida? Quando vi nascer um campo para futebol de praia, pensei logo, não há campo municipal em condições, e a vontade parece ser pouca para haver, vou sugerir a modalidade de futebol de praia, qual o meu espanto ao visitar o espaço, tem mais rocha que a praia, enfim já agora qual o custo de tal obra? Quase a terminar a época balnear, para o próximo ano é preciso melhorar o pavimento à volta das piscinas, pois o mesmo não se encontra nas melhores condições, o pavimento para o cais também não se encontra nas melhores condições. Pedia que para a próxima época balnear e não só e após vários destaques positivos por parte da comunicação social, o nosso Calhau da Lapa, a nossa fajã dos Padres serem uns destinos muito bons, reforçar as indicações para estes destinos balneares, na campanha foi prometido um roteiro turístico, já está pronto? Uma curiosidade, quantas placas de informação existe para indicação da localização do Museu Etnográfico na Ribeira Brava? Não seria de interesse a exploração do cais da Ribeira Brava ser feita pelo município, explorar a zona marítima costeira do nosso Concelho? Recomendava a quem deve ter a responsabilidade que existe vários poços de rega no nosso Concelho que não tem proteção, acho que deveria haver uma campanha de sensibilização e apoios para que os mesmos fossem tapados ou vedados. Para finalizar e não menos importante, quando é que os Jardins da Câmara estarão abertos, o parque infantil quando é que terá uma intervenção para melhorar a qualidade de quem o frequenta, o campo municipal como é que fica, quanto é que custou o monumento dos cento e um anos do nosso Concelho e já agora quando é poderemos ter o prazer de o ver exposto e onde?» -----

-----O Presidente do Município prestou os seguintes esclarecimentos: já está a ser diligenciado com os serviços da Câmara e a junta de freguesia do Campanário a melhoria do acesso ao espaço de laser no Pedregal; sobre as obras do campo de areia a intervenção é da responsabilidade da Câmara Municipal, não sendo referenciado valores sobre o seu custo, no entanto ficou de informar o referido valor; sobre a pavimentação junto às piscinas, esclareceu que existe um contrato sobre esta manutenção, entre a Ponta Oeste e quem explora o restaurante, no entanto a Câmara já alertou para esta situação. Relativamente ao Calhau da Lapa e a Fajã dos Padres, foi realizada divulgação na primeira edição «Praias» do Diário de Notícias e está a guardar orçamento para adquirir sinalização; a fiscalização da Câmara





## Assembleia Municipal de Ribeira Brava

continua a identificar e a notificar os proprietários de tanques de rega descobertos; a questão da abertura dos jardins tem de ser analisada pois não temos meios suficientes para vigilância; e sobre o cais da Ribeira Brava, informou que a autarquia movimentou esforços junto da Ponta Oeste para a colocação de um passadiço no cais, por outro lado foi alertado à APRAM para a necessidade de recuperação do cais o que até à data não foi feito devido às questões monetárias. Finalizou mencionando que a Câmara não pretende ficar com a gestão do cais.-----

----O deputado independente Domingos Andrade interpelou a mesa, pedindo para tirar cópias do documento sobre a sua desvinculação do grupo de deputados municipais do PPD/PSD, para entregar a todos os membros da assembleia.-----

----O período da Ordem do Dia teve início às dezassete horas e vinte e cinco minutos.-----

----Ponto Um – Eleição da mesa da Assembleia municipal.-----

----O Presidente substituto da Assembleia informou que apenas existia uma única lista candidata à mesa da Assembleia, composta pelos seguintes deputados: Presidente: Horácio Ferreira (PSD), Primeira Secretária: Teresa Gonçalves (PSD) e Segunda Secretária: Catarina Almada (PS).-----

----A eleição da mesa da Assembleia Municipal, lista única, foi aprovada por maioria, registando dezanove votos favoráveis e cinco votos contra.-----

----O deputado João Gomes do PS agradeceu e retirou-se da mesa.-----

---- A nova Mesa da Assembleia, tomou posse e deu seguimento aos trabalhos.-----

----O Presidente da Assembleia, Horácio Ferreira, agradeceu ao deputado independente Luís Drumond pelo trabalho desenvolvido ao longo de vários anos neste órgão, e que sempre dignificou esta assembleia, bem como ao deputado João Gomes enquanto presidente substituto até à sua tomada de posse.-----

----Ponto Dois – Informação escrita do senhor Presidente da Câmara e situação financeira, em conformidade com o artigo vinte e cinco, número dois aliena c, da lei setenta e cinco de dois mil e treze.-----

----O Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Nascimento, começou por agradecer o trabalho da anterior mesa pelo trabalho desenvolvido, e referiu que a atividade do município tem abrangido diversas áreas desde acompanhamento de casos sociais, apoio ao transporte nas atividades de verão, realizadas pelas associações do concelho e outras entidades, continuidade no apoio de transporte para a natação e visitas de estudos dos alunos, apoio logístico na organização de eventos, tais como exposições, peças de teatro, workshops, triatlo, organização das comemorações do São Pedro com o programa de animação e desfile das marchas populares, apoio na organização da festa luso-venezuelana, apoio no intercâmbio de folclore e cultural, limpeza de



## Assembleia Municipal de Ribeira Brava

estradas, veredas, caminhos e outros espaços municipais no concelho, entre outras atividades.-----

-----O deputado independente Luís Drumond questionou o presidente da Câmara, sobre um processo judicial decorrido com o cidadão Clemente Gouveia e a autarquia, onde já houve deliberação do tribunal para demolição do imóvel e se a Câmara ficou responsável pela sua demolição.-----

-----O Presidente do Município informou que recebeu a decisão final dessa deliberação, sobre a obra ocorrida em 2004, onde diz que o imóvel deveria ser demolido nos trinta dias seguintes à decisão e que caso não o fizesse haveria multa pecuniária ao Presidente e não à Câmara. Neste sentido, foi efetuado um pedido de esclarecimento ao tribunal, a Câmara está a aguardar resposta e por este motivo não se quis pronunciar.-----

-----O deputado independente Luís Drumond reformulou o pedido de esclarecimento informando que na aliena I do artigo segundo do regimento da Assembleia Municipal, a Câmara Municipal deve dar conhecimento à Assembleia de forma a evitar o «diz que disse».-----

-----O deputado Marco Almas do PTP alertou ao presidente da Câmara sobre a situação de degradação do passeio junto ao Pinto Doce.-----

-----O deputado independente Domingos Andrade alertou para uma situação no Lugar da Serra, na qual dois fios se encontram à vista e que representam perigo para as crianças.-----

-----O deputado Gilberto Andrade do PSD pediu esclarecimento sobre a limpeza de viaturas abandonadas no concelho.-----

-----O Presidente do Município delegou a palavra no vereador Marcelino Pereira, que informou que essa situação das viaturas abandonadas é reportada com regularidade à polícia e que está a ser um assunto tratado.-----

-----O deputado João Gomes do PS solicitou esclarecimentos sobre as estradas degradadas no concelho e se já existe resposta do Governo Regional.-----

-----O vereador Marcelino Pereira disse que o Governo já está a tratar da manutenção das estradas em pior estado e que a Câmara Municipal também está a fazê-lo com recurso à maquinaria própria.-----

-----Ponto três – Apresentação e discussão da proposta de recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava «Medidas de apoio às famílias, especialmente às numerosas do concelho da Ribeira Brava».-----

-----O deputado independente Luís Drumond disse que é necessário tomar medidas de apoio às famílias numerosas, devido ao baixo nível de natalidade existente no concelho, bem como à crescente emigração, que representam uma ameaça ao desenvolvimento futuro a diversos níveis. Disse ainda que é urgente travar este ciclo, chamando a atenção à Câmara Municipal da Ribeira Brava, quanto às famílias com três ou mais filhos. Como estímulo e apoio a estas famílias, propôs a redução de taxas de IMI para as famílias com dependentes



## Assembleia Municipal de Ribeira Brava

do concelho, e maior apoio à formação académica superior, com o aumento das majorações consoante o número de filhos do agregado familiar. Recomendou ainda, a criação de uma medida de apoio ao segundo e terceiros ciclo e secundário, com a atribuição de um apoio para a aquisição de livros e material escolar aos filhos provenientes de famílias numerosas; a nível das taxas municipais, introduzir um fator de redução nas taxas com efeito sobre a vida destas famílias e finalmente recomendou à Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira, ARM e EEM, a introdução de um coeficiente de redução das tarifas aplicadas às famílias numerosas de toda a Madeira, em especial as do nosso concelho. -----

----O deputado Nuno Almas do PTP referiu que «aquando da apresentação da proposta pelo PSD, até se brincou como é que iríamos fazer filhos, mas a verdade é que nada foi apresentado ou concretizado pelo executivo do mesmo PSD, concordo plenamente com a proposta aqui apresentada pelo meu Amigo, o Sr. Professor Drumond, é muito importante, com esta proposta de recomendações vemos que é possível melhorar e ajudar as famílias do nosso Concelho, para além de ser de recomendação, era bom que fossem praticadas para benefício de toda a população».-----

----O deputado independente Domingos Andrade disse que esta proposta de recomendação já tinha sido proposta e que nada foi feito. Ressalvou que foram emitidas novas leis de incentivo à paternidade pelo Governo Nacional e que tem de haver coerência na distribuição dos apoios às crianças, filhos de pais com rendimentos diferentes. Apelou também a que os incentivos e apoios deveriam chegar também aos segundos e terceiros ciclos, que é onde há maior taxa de abandono escolar.-----

----O deputado Fábio Santos do PS disse que o apoio às famílias numerosas é muito importante, defendeu a criação de postos de trabalho e não de apoios, que por vezes pensamos que são dados a famílias numerosas e afinal são dados à chamada «pobreza camuflada».-----

----O deputado João Gomes do PS solicitou esclarecimentos ao deputado Domingos Andrade, alertando que deveria ser feita uma melhor análise e não apenas ao número de filhos pois não significa necessidade. Defendeu o apoio à criação de postos de trabalho e o apoio não só às famílias numerosas mas também a todas as famílias.

----O deputado independente Luís Drumond esclareceu que a proposta é «especialmente a famílias numerosas». Alertou para a falta de estratégia e sentido de correção dos apoios, disse que noventa por cento das famílias do concelho tem menos de três filhos, e que é preciso dar estímulos, conforme convecção nacional, porque «caso não seja feito nada é a morte do concelho».-----

----O deputado Gilberto Andrade do PSD disse que quem ganha mais pode ter mais capacidade de comprar e que não se deve afetar psicologicamente as crianças que não recebem apoio em virtude de outras receberem.-



## Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----O deputado Ilídio Almada do CDS disse que concorda com a proposta apresentada pelos independentes e mencionou que o CDS em reunião de Câmara do dia trinta e um de Julho de dois mil e quinze, já havia apresentado também a proposta sobre o tema: «Ponto quatro - Discussão e votação da proposta apresentada pelo CDS-PP «Incentivo ao aumento da taxa de natalidade no concelho da Ribeira Brava.» e que nessa altura foi rejeitada.-----

-----O deputado independente Domingos Andrade disse que «ninguém recebe nada por igual», e que tem de haver critério para a distribuição de apoios.-----

-----O deputado independente Luís Drumond proferiu que aceita a proposta de melhoria, mas que continua a não haver estratégia, nomeadamente com a falta de estímulo ao segundo e terceiros filhos. Disse que existem famílias ricas que auferem quinhentos euros mensais e que estão fora dos estímulos e como tal é preciso agir em prol destas, é preciso saber gerir os apoios. Enunciou artigo publicado hoje no Diário de Notícias sobre o apoio dado pelo concelho, e referiu ainda que acolhe a proposta de apoio à natalidade, «Incentivo ao aumento da taxa de natalidade no concelho da Ribeira Brava», apresentada pelo deputado Ilídio Almada do CDS, e que pretende anexá-la à sua proposta, para votação.-----

-----A deputada do CDS, Adelina Rodrigues, disse que não concordava com a anexação das duas propostas.-----

-----Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria, registando nove abstenções por parte do PSD.---

-----O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, justificou que vai de encontro aos anseios dos munícipes, e é para isso que nós devemos trabalhar, havendo mais apoios ganham todos, os professores, o comércio e toda a sociedade.-----

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS, em declaração de voto, justificou que «o CDS mais uma vez por coerência e compromisso com os munícipes deste concelho, irá sempre apoiar medidas que auxiliem a minimizar os encargos das famílias neste momento difícil que estamos todos a enfrentar por imposição da austeridade. Congratulamo-nos também por a nossa proposta “Incentivos ao Aumento da Taxa de Natalidade no concelho da Ribeira Brava” ter sido acolhida conjuntamente, pois a mesma, apesar de ter sido reprovada em reunião camarária, vem contribuir e incrementar de forma positiva a ação no plano social que todos nós queremos para o nosso concelho e suas famílias».-----

-----O deputado Fábio Santos do PS, em declaração de voto, disse que votou favorável pois «vem de encontro às ideias que são debatidas na assembleia» e que a proposta é justa e deverá ser tida em conta pela Câmara Municipal da Ribeira Brava.-----

-----O deputado Gilberto Andrade do PSD, em declaração de voto, referiu que a Câmara está sob a alçada de um saneamento financeiro e que tem ao longo dos tempos tentado aumentar as ajudas, como por exemplo



## Assembleia Municipal de Ribeira Brava

com o aumento do valor das bolsas de estudo, o apoio necessário às associações culturais e juntas de freguesia. No entanto, as propostas apresentadas são necessárias e apelou ao executivo que é importante continuar a aumentar os incentivos para todas as famílias.-----

-----Ponto Quatro – Discussão e votação da proposta da «Taxa Municipal pelos direitos de passagem para o ano de 2016», conforme alínea D do número um do artigo vinte e cinco da lei setenta e cinco de dois mil e treze.----

----O Presidente da Câmara propõe que a taxa máxima para os direitos de passagem seja de zero vírgula vinte e cinco por cento.-----

----O deputado Marco Almas do PTP solicitou esclarecimento, disse que «no ano passado foi dito que era receita para o Município e que não eram os munícipes a pagar, ao vermos esta proposta, em linha nenhuma do texto diz que são as empresas a pagar mas sim os consumidores finais, diz na alínea A) na fatura emitida pelas empresas que fornecem estes serviços será emitida a taxa nas faturas para todos os consumidores finais no município. Mais uma vez a Gestão Camarária explora os munícipes à taxa máxima quando esta taxa não é obrigatória, mas sim uma possibilidade prevista pela legislação que faz a vontade á gestão do PSD com a ganância de cobrar impostos.»-----

----O Presidente da Câmara referiu que o orçamento atual não estica, e que é preciso gerar receita. Disse que a taxa de passagem é aplicada às empresas de telecomunicações e de eletricidade, e que existe um encontro de contas entre estas empresas e a autarquia.-----

----O deputado independente Luís Drumond disse que indiretamente esta taxa é aplicada às famílias e que não é estrategicamente oportuno abdicar desta taxa, pois efetivamente o encargo passa para o camará

----O deputado João Gomes do PS questionou sobre os valores cobrados na taxa, a nível de receita.-----

----O Presidente da Câmara referiu que através do mapa de receitas que os direitos de passagem geram nove mil oitocentos e vinte e nove euros.-----

----Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com vinte e três votos a favor do PSD, PS, CDS e Deputados independentes Luís Drumond e Domingos Andrade, e um voto contra do deputado Marco Almas do PTP.-----

----O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, justificou que «nunca poderei votar a favor, uma taxa que não beneficia em nada os Munícipes. Vem agravar ainda mais a situação financeira dos mesmos, se já pagamos os serviços prestados, porque não é as empresas a suportar as taxas.»-----

-



## Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----Ponto Cinco – Discussão e votação da proposta de «fixação da taxa de participação do IRS, para o ano de dois mil e dezasseis», conforme alínea D do número um do artigo setenta e cinco de dois mil e treze.-----

-----O Presidente do Município informou que a proposta da autarquia é arrecadar cinco por cento sobre o IRS cobrado no ano e que a mesma foi aprovada por unanimidade na reunião de Câmara. Ressalvou que esta taxa tem um efeito mínimo nas famílias que recebem baixo rendimentos e pouca influência na vida dos munícipes, por isso propõe a taxa máxima.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP disse que «nesta taxa, a Câmara aproveita mais uma possibilidade e não uma obrigação de cobrar mais 5 % aos Munícipes, a Câmara poderia abdicar, houve uma Câmara na Madeira, no caso a de Santana, que devolveu o IRS aquando do último ano de gestão do PSD naquele concelho e comprometeu-se com os seus Munícipes a não cobrar mais os 5 %. É preciso informar os munícipes que não é 5% da taxa, mas mais 5% em cima do valor da mesma que já é paga».-----

-----O deputado independente Luís Drumond disse que a receita do IMI deste ano teve uma execução de mais seis por cento e que a Câmara auferiu duzentos e sessenta mil euros do contributo das famílias, através de taxas para a Câmara gastar. Disse que este valor é da competência da Câmara aplicar e que deve ser aplicada para o «não morrer do concelho», uma vez mais é preciso mudar as opções de estratégia. -----

-----Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com os votos favoráveis do PSD, CDS, PS e dos deputados independentes Luís Drumond e Domingos Andrade, e um voto contra do deputado Marco Almas do PTP.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP em declaração de voto justificou que o seu voto só poderia ser contra, «mais uma vez os Munícipes levam uma machadada nos seus rendimentos que desde já são poucos, e as dificuldades aparecem cada vez mais. Quando as taxas forem devolvidas sobre a forma de apoios, por escrito e concretizadas, terão o meu voto a favor».-----

-----O deputado Gilberto Andrade do PSD, em declaração de voto, justificou que o seu voto foi favorável, dizendo que os cinco por cento cobrados pela Câmara, acabam por ser aplicados no município. -----

-----Ponto Seis – Proposta da taxa de IMI para o ano de dois mil e dezasseis.-----

-----O Presidente da Camara, informou que a proposta da autarquia para o ano de dois mil e quinze é de zero vírgula oito por cento para os prédios rústicos e zero vírgula três, para os prédios urbanos.-----

- ----O deputado Marco Almas do PTP questionou sobre «quais foram as diligências feitas pelo Sr. Presidente junto das finanças para reverem os coeficientes de localização, no ano transato falei sobre essa situação, disse que iria fazer algo a respeito, quais os resultados».-----

-----O Presidente da Câmara informou que a equipa das Finanças está a efetuar a revisão do índices e que



## Assembleia Municipal de Ribeira Brava

aguardamos parecer. Disse ainda que não é possível definir valores e que a redução tem a ver com o zoneamento.-----

----O deputado João Gomes do PS perguntou se houve muitas reclamações sobre os pedidos de avaliação dos imóveis. -----

----O Presidente da Câmara disse que as reclamações são realizadas nas Finanças e não na Câmara, apenas quando é solicitada uma reavaliação é pedido parecer à Câmara.-----

----Colocada á votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.-----

----O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, justificou que, «apesar do voto ser favorável, a propaganda demagógica feita que as taxas são mínimas é verdade, pois são mínimas mas de nada servem se os coeficientes de localização não forem revistos e reduzidos. Qualquer dia um residente na Tabua paga o mesmo valor de IMI que um residente na Avenida do mar no Funchal, isto para além de ser muito injusto é ridículo».-----

----Ponto sete – Discussão e votação da proposta da taxa de IMI familiar para o ano e dois mil e quinze, conforme o número treze do artigo cento e doze do CIMI.-----

----O Presidente do Município disse que a proposta propõe a redução de dez por cento para os agregados familiares com um filho, quinze por cento para os que têm dois filhos e vinte por cento para as famílias com três filhos. Disse também que esta aplicação é referente ao IMI de dois mil e quinze, que é pago em dois mil e dezasseis, bem como foi pedido às Finanças locais um estudo para aferir o impacto financeiro desta redução nas contas da autarquia, mas até à data não houve resposta por escrito e a responsável das Finanças diz ainda que é muito difícil de se aferir.-----

----A deputada Adelina Rodrigues do CDS lembrou que esta proposta já tinha sido aprovada por maioria na reunião de Câmara.-----

----O deputado independente Luís Drumond felicitou a tomada desta medida no concelho e acrescentou que houve condescendência da mesa da assembleia em introduzir este ponto, devido ao prazo de apresentação das propostas que requerem cinco dias úteis prévios, sendo que a reunião da Câmara realizou-se no dia três de setembro e a apresentação da proposta deveria ter sido até dia um de setembro. Voltou a frisar a falta de estratégia no concelho, embora a iniciativa seja válida. -----

----O deputado João Gomes do PS, então presidente substituto e responsável pela introdução deste ponto na ordem de trabalhos, disse que devido à importância desta medida e embora não cumprisse com os prazos, achou por bem a inclusão deste ponto. -----



## Assembleia Municipal de Ribeira Brava

-----O deputado Marco Almas do PTP questionou «porque é que esta proposta não veio mais cedo? Vem quase no fim do prazo. Não sei qual o acordo feito com o CDS, mas porque é que vem quase no fim do prazo para comunicar às finanças?»-----

-----O Presidente do Município disse que havia sempre possibilidade de resolver esta questão na próxima reunião da assembleia, em Novembro ou Dezembro.-----

-----O deputado independente Luís Drumond perguntou se irá haver reunião em Novembro e sugeriu que a divulgação desta medida seja melhor divulgada junto dos cidadãos.-----

-----O Presidente do Município disse que, em relação à primeira pergunta, compete à mesa e em relação à segunda pergunta, disse que existe uma circular que enuncia que a aplicação desta medida é automática. -----

-----Colocada à votação, esta proposta foi votada por unanimidade.-----

-----O deputado Marco Almas do PTP em declaração de voto justificou que votou a favor, porque «esta sim é uma medida que acudirá em parte as famílias do nosso Concelho, veio tarde, mas mais vale tarde do que nunca.»-----

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS, em declaração de voto, justificou que «é com grande satisfação que o CDS vê chegar esta proposta por si apresentada e votada por unanimidade em reunião de vereação, pois a mesma além de gerar consenso, importa também referir que está prevista em Orçamento de Estado e por conseguinte não poderíamos deixar que as famílias do nosso concelho não usufruíssem deste mecanismo legal que mais uma vez vem aliviar os seus orçamentos familiares tão pesados como todos nós sabemos».-----

-----Ponto oito – Apreciação do relatório Saneamento Financeiro do município da Ribeira Brava, referente ao primeiro semestre de dois mil e quinze ao abrigo do artigo oitenta e seis, da lei setenta e três de dois e treze, de três de Setembro, conjugado nos números quatro e sete, do artigo quarenta da lei dois de dois mil e sete, de quinze de janeiro.-----

----- Ponto Nove-Apreciação do relatório Semestral de Auditoria sobre a situação financeira e económica do município da Ribeira Brava, ao abrigo do artigo oitenta e seis da lei setenta e três de dois mil e treze de três de Setembro.-----

-----O Presidente do Município apresentou os pontos oito e nove em conjunto. Informou sobre os seguintes assuntos: que a autarquia tem cumprido na generalidade os empréstimos que possui, houve aumento de um funcionário que se encontrava cedido á ARM; tem sido também reafectado pessoal bem como tem havido redução da despesa corrente e do prazo médio de pagamento que agora encontra-se nos cento e noventa e cinco dias, à data de trinta de junho; houve também maximização das receitas, nomeadamente IMI e IUC. O IMT está abaixo da receita prevista, embora acima comparando com a do último ano. Houve também redução





## Assembleia Municipal de Ribeira Brava

do loteamento devido à suspensão do PDM. Comunicou também que a autarquia à data de trinta de junho estava quase com nove milhões de endividamento e atualmente está já nos oito milhões e meio de euros. Ressalvou que tem havido um grande esforço por parte da Câmara para cumprir com as responsabilidades, existe pouca receita e por isso torna-se mais difícil de gerir. Desde dois mil e treze, tem aumentado apoios progressivamente, nomeadamente com a atribuição da bolsa de estudo, apoio às juntas de freguesia, entre outros. É referido no relatório a regra do equilíbrio corrente, em que a Câmara não tem conseguido cumprir nesta rubrica, devido a dívidas antigas correntes, tais como a dívida à Valor Ambiente, juros e moras a empreiteiros. Disse que o ideal seria reuplicar estes valores no concelho mas foi uma opção da Câmara, pagar primeiro as dívidas anteriores. Disse também que o pessoal da Câmara está empenhado e vê-se melhorias no concelho.-----

---- O deputado independente Luís Drumond disse que as dívidas antigas são heranças pesadas e que «para sermos credíveis temos de ser coerentes». Felicitou ainda o senhor Presidente pelo excelente trabalho desenvolvido, a nível financeiro.-----

----O deputado Marco Almas do PTP disse que: «Entre dois mil e nove e dois mil e quinze, na página cinco, houve uma redução de dezanove funcionários, foi uma mais-valia pois havia excesso de pessoal, e pergunto, a qualidade dos serviços ficou melhor? Se havia excesso de pessoal penso que a responsabilidade não era do PSD. Existe algum balanço sobre os efeitos da redução de pessoal? Houve transferências de funcionários para a ARM estão incluídos nos dezanove? Houve redução ou transferência de funcionários? Mais, a frente no relatório diz que houve um retorno de funcionários da ARM para a Câmara, qual o verdadeiro balanço de funcionários? A Câmara diz que para controlar os custos não vão alugar espaços, o que faltava agora mesmo era fechar edifícios onde funcionam serviços, escolas para depois recorrer ao privado alugando espaços. É necessário e o PTP vai apresentar uma proposta para fazer um levantamento exaustivo do Património que o Município tem e que não esteja a ser utilizado, quais os espaços arrendados e saber se existe necessidade de arrendamento dos mesmos. Segundo o relatório existiu um aumento graças aos impostos cobrados, como é o caso do IMI que teve um aumento de 6% aquém do esperado. Se as taxas municipais têm um interesse e um valor que o relatório lhe dá, se é necessário receitas, porque é que razão houve isenção que me parece duvidosa segundo o regulamento do PDM anterior, os cofres já estavam cheios? Existe uma dívida da parte do Governo Regional que por coincidência é do PSD há quarenta anos, de um milhão, trezentos e setenta e seis mil e vinte euros, desde dois mil e nove, dívida essa respeitante aos cinco por cento de IRS que os Municípios pagaram obrigados pelos executivos do PSD e que o Governo Regional insiste em não devolver. O agora Sr. Presidente do Governo Regional, na altura em que era autarca do PSD no Funchal, processou o Governo Regional com o objetivo de exigir que lhe fossem devidas as verbas respeitantes ao IRS, o Sr. Presidente não



## Assembleia Municipal de Ribeira Brava

acha que também já chegamos à altura de processar o atual Governo pelo mesmo para que devolva o montante da dívida, isto sempre com um espírito de colaboração e cordialmente claro. Agora que reuniu com O Sr. Presidente do Governo Regional, e o Sr. Presidente numa reunião de Câmara pediu que fosse lavrado em ata uma palavra de apreço para o Governo Regional pela forma cordial como decorreu a reunião e o espírito de colaboração, eu também peço que fique lavrado em ata que o mesmo Governo Regional cordial e com espírito de colaboração, quanto à construção da nova escola, a abertura da marginal entre a Tabua e a Ribeira Brava, a viabilidade da circulação na nossa frente mar, para fique lavrado é Zero repito zero, mas que a Paz esteja entre todos!» Perguntou ainda: «o Sr. Presidente disse que se houver investimentos e que se comprove a criação de postos de trabalho vai isentar, ou é a Assembleia Municipal que terá essa tarefa? No novo PDM salvo erro, diz que só será isentos investimentos superiores a um milhão de euros ou é o Sr. Presidente a isentar?»-----

-----O Presidente do Município respondeu sobre as diversas questões, disse que vai sempre apoiar a criação de postos de trabalho e por isso o imposto foi isento como incentivo ao mesmo. A Câmara tem atualmente oitenta e oito funcionários no quadro e que existe necessidade de técnicos, a nível do atendimento. Relativamente à dívida do Governo, o mesmo cumpriu os seus acordos de pagamento. -----

-----O deputado Ilídio Almada do PS perguntou de que forma o empresário irá recrutar pessoal na criação de postos de trabalho e se vai privilegiar a mão-de-obra do concelho.-----

-----O Presidente do Município referiu que tem conhecimento que a referida empresa emprega muitos funcionários da Ribeira Brava e que é dado sempre preferência às pessoas do concelho, bem como que a redução do imposto está contemplada para qualquer empresa que queira investir no concelho e que seja uma mais valia para o emprego.-----

-----A deputada Adelina Rodrigues do CDS questionou o Presidente do Município sobre os contratos de programa de dois mil e nove / dois mil e dez, que o Governo suspendeu e que existem obras por acabar.-----

-----O Presidente do Município confirma que existe um contrato para finalizar no valor de dois vírgula três milhões de euros.-----

-----O deputado Gilberto Andrade agradeceu a dedicação, profissionalismo e trabalho prestado pela anterior assembleia. -----

-----Foi lida a minuta das deliberações referente à presente sessão da Assembleia Municipal. -----

-----Colocada à votação a minuta das deliberações foi aprovada por unanimidade.-----

-----Não havendo nada mais a tratar, o senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão pelas dezanove horas e cinquenta e oito minutos; da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Teresa



## Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Maria da Côrte Gonçalves, Primeira Secretária da Mesa, a redigi, escrevi e vou assinar conjuntamente com o referido Presidente e o Segundo Secretário depois de aprovada na próxima sessão da Assembleia.-----

Presidente

A blue ink signature in cursive script, appearing to read 'H. Ramos Ferreira', written over a horizontal line.

(Horácio Ramos Ferreira)

A Primeira Secretária

A blue ink signature in cursive script, appearing to read 'T. Maria da Côrte Gonçalves', written over a horizontal line.

(Teresa Maria da Côrte Gonçalves)

A Segunda Secretária

A blue ink signature in cursive script, appearing to read 'C. Jesus Silva Almeida', written over a horizontal line.

(Catarina Jesus Silva Almeida)

